

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico 7

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

7

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico 7 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 7)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-064-3

DOI 10.22533/at.ed.643192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CENTRALIDADE DO TRABALHO NA SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA	
<i>Najila Thomaz de Souza</i>	
<i>Renata Soraia de Paula</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922011	
CAPÍTULO 2	12
A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE: DILEMAS E DESAFIOS IMPOSTOS PELA SOCIEDADE BRASILEIRA	
<i>Francisca Thamires Lima de Sousa</i>	
<i>Leila Moraes Nogueira Azevedo</i>	
<i>Leida Cabral Nascimento Silva</i>	
<i>Ana Karolina Pinheiro Carvalho da Silva</i>	
<i>Thalyne Dutra Falcão</i>	
<i>Maria dos Reis Araújo Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922012	
CAPÍTULO 3	22
A PRODUÇÃO DE LEITE NA MICRORREGIÃO DE IMPERATRIZ/MA E AS POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO DO CAMPESINATO EM ATIVIDADES MERCANTIS	
<i>Jonatha Farias Carneiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922013	
CAPÍTULO 4	37
CAPITALISMO FLEXÍVEL X DIREITOS TRABALHISTAS	
<i>Veneranda Acosta</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922014	
CAPÍTULO 5	48
EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL NO AMBIENTE DE TRABALHO NO BRASIL: DAS EXPERIÊNCIAS PONTUAIS À FORMAÇÃO DE UM FÓRUM EMPRESARIAL LGBT	
<i>João Bosco Hora Góis</i>	
<i>Kamila Cristina da Silva Teixeira</i>	
<i>Francisco José Mendes Duarte</i>	
<i>João Luis Alves Pinheiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922015	
CAPÍTULO 6	59
FINANCEIRIZAÇÃO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DA DÉCADA DE 1990	
<i>Daniele de Fátima Amorim Silva</i>	
<i>Talita de Sousa Nascimento</i>	
<i>João Carlos Souza Marques</i>	
<i>Jainne Soares Coutinho</i>	
<i>Gianna Beatriz Cantanhede Rocha de Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922016	

CAPÍTULO 7	72
IDEOLOGIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: EM BUSCA DO ESTATUTO ONTOLÓGICO	
<i>Cristiane Porfírio de Oliveira do Rio</i> <i>Lenha Aparecida Silva Diógenes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922017	
CAPÍTULO 8	83
MEDIDAS DE ATIVAÇÃO NOS SISTEMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL: RETORNO À ADMINISTRAÇÃO DO MÉRITO?	
<i>Juan Felipe Alves de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922018	
CAPÍTULO 9	91
O PROCESSO DE AUTOMAÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO: UMA ABORDAGEM A PARTIR DO BANCO DO BRASIL	
<i>Roosevelth Ramos Barroso Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6431922019	
CAPÍTULO 10	103
OS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS DO TRABALHO E A COMPREENSÃO DO SERVIÇO SOCIAL	
<i>Joselita Olivia da Silva Monteiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.64319220110	
CAPÍTULO 11	111
PALMAS, OPORTUNIDADES PARA QUEM? “CONCURSEIROS” EM BUSCA DO SERVIÇO PÚBLICO	
<i>Rute Andrade dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.64319220111	
CAPÍTULO 12	125
PRAZER E SOFRIMENTO NO TRABALHO DE PROFISSIONAIS QUE ATUAM EM STARTUPS EM SÃO LUÍS, MA	
<i>Heitor Natividade Oliveira</i> <i>Carla Vaz dos Santos Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.64319220112	
CAPÍTULO 13	142
PRONATEC NO PARÁ: A PERFORMANCE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ENTRE O DECLARADO E O CUMPRIDO	
<i>Erbio dos Santos Silva</i> <i>Maria do Socorro Vasconcelos</i> <i>Genilda Teixeira Pereira Amaral</i>	
DOI 10.22533/at.ed.64319220113	
CAPÍTULO 14	156
REDE DE INCUBADORAS DE EMPRESAS NA REGIÃO AMAZÔNICA: DESENVOLVIMENTO E EMPREENDEDORISMO LOCAL NO ESTADO DE RONDÔNIA	
<i>Gabriele Aires da Silva</i> <i>Samuel dos Santos Junio</i> <i>Emi Silva de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.64319220114	

CAPÍTULO 15	168
TRABALHO E QUALIFICAÇÃO NA SOCIEDADE EM REDE <i>Aldo Vieira Ribeiro</i> DOI 10.22533/at.ed.64319220115	
SOBRE A ORGANIZADORA	183

PRONATEC NO PARÁ: A PERFORMANCE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ENTRE O DECLARADO E O CUMPRIDO

Erbio dos Santos Silva

Faculdade da Amazônia – FAAM/ Ananindeua/PA

Maria do Socorro Vasconcelos

PPGED/UFPA – Belém/PA

Genilda Teixeira Pereira Amaral

PPGED/UFPA – Belém/PA

RESUMO: O texto é um esboço da reflexão sobre as execuções públicas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), para tanto debate a relação público-privada e a mercantilização da educação profissional, tangenciada por curso de formação aligeiradas (FIC's – Formação inicial e continuada), o que mostra exatamente a inversão e sinteticidade da política, ora adotada à essa modalidade de ensino. Sendo assim, o trabalho foi produzido a partir de estudos documentais dos relatórios de Gestão da SEDUC/PA, do documento de referência do Pronatec, das leis **9394/96**, **12.513/2011** e Decretos **5154/2004**, **6302/2007**. Nesta direção usa elementos da teoria marxista e debate os desencontros do Pronatec a partir de subsídios de autores como Frigotto (1996; 2010), Mészáros 2008), Santos (2012) e Silva (2011). Concluimos falando do papel ideológico e do efeito camaleônico escamoteado na execução, que efetivamente em nossa leitura, não constitui-se em uma formação, mas em uma

pseudo formação, concretizada no discurso e na aparente efetividade do Pronatec por meio da SEDUC/PA, elemento que se repete em outros estados por todo o Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Pronatec, público-privado, superficialidade.

1 | INTRODUÇÃO

O texto ora apresentado é resultado de estudos documentais sobre os Pronatec a partir dos relatórios de Gestão da SEDUC/PA, do documento de referência do Pronatec, das leis **9394/96**, **12.513/2011** (que institui o Pronatec), os Decretos **5154/2004** (reestrutura a educação profissional, redefinindo princípios e fins), **6302/2007** (institui o Programa Brasil Profissionalizado).

Sendo assim, o texto faz uma reflexão sobre os avanços do Pronatec, bem como suas inconsistências uma vez que mostrar a diferença entre o planejado e o executado. Para tanto o texto está organizado em tópicos que nos levam a perceber a estrutura e fragilidade do programa, sobretudo aqui no Pará.

O debate segue subsidiado por autores como Frigotto (1996; 2010), Mészáros 2008), Santos (2012) e Silva (2011). Na perspectiva de nos fazer entender que há um processo

de disputa, onde a Educação Profissional é instrumento estratégico e ideológico nas mãos do capital. nesta direção contribuem permitindo que compreendamos a história e o momento atual compreendendo a política de formação profissional dentro de uma totalidade que acerca as relações sociais, observando a política, a economia, a sociedade e as relações de poder que estão imbricadas no processo social.

2 | PANORAMA DAS EXECUÇÕES: O QUÊ DEU ERRADO?

Responder a essa pergunta talvez não seja a coisa mais difícil no Pronatec. Porém, ela nos indica novas questões a serem problematizadas, tais como: - Por que as execuções do Pronatec não atenderam adequadamente as expectativas da política de Educação Profissional? A quem interessava realmente o Pronatec? Como o governo conseguiu atingir a meta de matrículas, se houve tantas evasões no programa?

Nosso interesse aqui é muito mais permitir reflexões que efetivamente apresentar respostas, mas sobretudo apresentar elementos que contribuem a um posicionamento crítico sobre o rumo que a política de Educação Profissional tomou no governo Dilma Rousseff. Para tanto, debatemos a invisibilidade credenciada ao Programa Brasil Profissionalizado (PBP) que após a institucionalização do Pronatec, deixa o protagonismo da expansão do Ensino Médio Integrado, passando a ser codijuvante na política sintética do governo federal, onde mais uma vez a dualidade histórica volta à pauta, é o que discutimos a seguir.

2.1. Entre Fragmentação e Totalidade: Debatendo a Invisibilidade do Programa Brasil Profissionalizado no Pronatec

A estratégia reformista de defesa do capitalismo é de fato baseada na tentativa de postular uma mudança gradual na sociedade através da qual se removem *defeitos específicos*, de forma a minar a base sobre a qual as reivindicações de um *sistema alternativo* possam ser articuladas [...] (MÉSZÁROS, 2008, p. 62).

A reflexão de MÉSZÁROS citada acima mostra como o capitalismo é superficial e descomprometido com mudanças profundas, uma vez que sua atuação se dá apenas nas bordas do capital, ou seja, não aprofunda os enfrentamentos e faz o mero jogo da conveniência.

O princípio reformista presente na política capitalista não dá conta de resolver, desta forma se reinventa pontualmente sob uma pseudomudança. Assim, apenas aparenta mudar e/ou enfrentar os problemas, mas a fundo permite sua permanência de tal forma que a estrutura do capital continua a mesma e por isso efetivamente não promove as mudanças desejadas.

Em uma sociedade marcada pelo consumo e pelas leituras sintéticas dos fatos, as **consequências** são identificadas como **causa** e os problemas de verdade são escamoteado por meio de políticas fragmentadoras e paliativas, as quais não enfrentam

os problemas em sua raiz e sim em sua interface mais aparente, na paisagem, na superficialidade do problema.

A título de exemplo, apresento duas questões que têm sido recorrentemente colocadas como causa de problemas sociais, são elas: a **violência** e o **desemprego**, mas que no fundo são consequência desse processo de desordenação social, onde a família tem sido a principal vítima, embora ignorada pelo poder público.

Efetivamente, o processo de acumulação do capital ao passo que cria riqueza, também produz miséria e esses dois pólos funcionam dialeticamente na produção de uma sociedade de classes, a qual “[...] se caracteriza pelas relações antagônicas de interesses entre capital e o trabalho [...]” (GONÇALVES, 2008, p. 86).

Se de um lado há os detedores dos meios de produção, do outro há um exército com sua força de trabalho aguardando por uma oportunidade de contribuir à seta da produtividade, gerando *mais-valia*, e portanto, riqueza à burguesia, ao mesmo tempo que gera as condições básicas à manutenção de sua família.

Alienadamente ao processo de produção, o trabalhador não se dá conta de tudo que produz, ou melhor, dos significados de sua produção. Sendo assim, esse mesmo trabalhador que produz riqueza é vítima das estratégias do capital que para se manter vivo explora a mão-de-obra e produz necessidades obsoletas às pessoas, permitindo um desejo incessante de consumo, o que automaticamente leva esse cidadão trabalhador, empregado ou não, a querer tudo, ou quase tudo que o mercado dispõe.

Então você perguntaria, mas o que há de relação entre a violência, desemprego e consumo? Então, lhe digo: - Há muita coisa! A saber:

1. A **violência** tem muitas faces. Porém, refiro-me aqui àquela que está estampada nas páginas de jornais, todos os dias utilizada para gerar notícias que nos fazem acreditar que negros, pobre e desempregados fazem mal à sociedade.

Essa modalidade de violência é banalizada e serve como estúpim às justificativas da negação de direitos em muitos lugares de moradia dos excluídos, os quais são disimados pelo esquadrão de polícia, que sem tomar conhecimento age coercitivamente “promovendo a ordem” (Ordem pra quem? Ordem pra quê?). Na verdade promovem verdadeiras desordem em famílias que todos os dias são vítimas da ausência do estado que não tem dado conta de produzir aparelhos públicos que resolvam adequadamente os problemas sociais.

2. O **Desemprego** é consequente do massivo acúmulo do capital, que por meio da produção da *mais-valia*, exige cada vez mais competitividade entre os trabalhadores, que ideologicamente são controlados, ou melhor, levados a acreditar que produzir mais e ser melhor que seu colega é importante pra si. No entanto, por ser alienado o trabalhador não consegue perceber que essa é mais uma estratégia do capital para explorar ao máximo sua força de trabalho e tornando-o mais rapidamente um peça descartável no jogo da acumulação produtiva, afinal nessa engrenagem

as peças usadas precisam ser eficientes e eficazes para o capitalista, do contrário ele não seria o detentor dos meios de produção.

Mas o detalhe de tudo isso é que a violência e o desemprego ficam em evidência não por serem o que são, mas por representar o motivo adequado da justificativa capitalista ao controle político e social, o que reforça o controle dos pobres e os rotula como mal social.

[...] Neste sentido, a educação fica em último lugar, sendo a política a primeira ciência; depois vem a estratégia militar, a economia e, por último, a educação institucional. O Estado assume a educação somente quando há riscos de desestabilização do poder político e da ordem entendida como “bem comum”. (GOÇALVES, 2008, p. 72).

A violência, tal como nos referimos acima é consequência de uma sociedade que desrespeitou os pais de família e lhes disse que além das 44h (quarenta e quatro horas) semanais obrigatórias ele “poderia fazer horas-extras” e ganhar mais. Sendo assim, iludido pelo capital, o trabalhador vende seu tempo de descanso e de convívio com a família pelo sonho de lhes proporcionar condições melhores de vida.

Esse trabalhador alienado, não se dá conta que ao sair de casa, alguns ainda na madrugada, ou mesmo ao voltar alguns dias à noite ou as vezes nem volta e dorme pelo trabalho em condições subhumanas ele está aos poucos destruindo seu lar e produzindo ao mesmo tempo pessoas excluídas, potenciais marginais. Afinal “[...] As mentes dos homens ficam *limitadas*, tornam-se incapazes de se elevar. *A educação é desprezada, ou no mínimo negligenciada*, e o espírito heróico é quase totalmente extinto. Corrigir esses defeitos heróico é quase totalmente extinto [...]” (MÉSZÁROS, 2008, p. 29 – Grifos do autor).

Grande parte dos meninos e meninas negros, mestiços ou pardos que estão nas cadeias são consequência desse processo. É bem verdade, que outras motivações também ocorrem, mas a desestruturação familiar é fomentada pela desordem social que o próprio capital, em seu controle burguês produz, pois de um lado emana riqueza, do outro a exploração produz miséria.

Essa mesma mão que induz a produtividade com foco na produção da riqueza, produz o desemprego e o que é pior, uma acirrada e alienante disputa entre os trabalhadores que não se assumem enquanto classe social e submetem-se aos fetiches do capital, sonhando em mudar de classe, motivados pelas seduções e aparências que o capital produz. Desta forma, o trabalhador acredita que subsumir-se ao trabalho pode levá-lo a melhorar de vida.

Portanto, quando falamos que algumas consequências (neste texto trabalhamos com **violência e desemprego**) são apresentadas como causa, embora não sejam é porque elas servem a um discurso institucionalizado que aparenta ser consequência, ou seja, justificar ações estratégicas com políticas fragmentadoras e paliativas. Nesta direção, o governo justifica suas ações pautadas numa inversão dos problemas,

atacando apenas a etapa superficial do problema.

Efetivamente esses problemas não ocorrem e nem devem ser analisados isoladamente, mas dentro de uma conjuntura que reflete a realidade totalizante do funcionamento social, isso implica em desvelar os projetos societários em debate. Contudo, exploraremos aqui a interface do capitalismo selvagem, que promove ideologias para sustentar sua investida massificadora ao mesmo tempo em que destrói sonhos e subsume o homem trabalhador a um projeto que não satisfaz sua classe social.

Sendo assim, retomamos o debate da política pública de formação do trabalhador no governo Dilma, a qual está instituída pelo Pronatec. Bem, com uma meta audaciosa de 8 milhões de matrículas de Educação Profissional, a presidente lançou em 2011 esse programa, o qual passou a ser um **guarda-chuvas** (Programa que abarca vários outros menores ou que constitui-se de projetos com um mesmo fim) à várias políticas que já ocorriam na SETEC/MEC, entre eles o E-TEC Brasil, a Gratuidade com o “Sistema S” e o PBP (BRASIL, 2012).

Entre as justificativas, a desqualificação do trabalhador, ora se o trabalhador não é preparado, ou seja, se seu trabalho não tem qualidade ele não interessa ao mercado, logo o governo preocupado com a dinâmica de ocupação formal criou o programa para dar oportunidades a estes. Contudo, não se debate a **adjetivação** (atribudo), nem tampouco a **substantivação** (peculiaridade) da qualidade. Nestes termos, chamou-se de qualificação do trabalhador a um acréscimo formal por meio de cursos institucionais que representavam fragmentos da necessidade momentânea do mercado.

Diante do exposto, os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC’s), ganharam espaço na “qualificação do trabalhador” e as outras formas expressas no Ensino Técnico Profissional acabam por ser muito sintéticas, ou seja, não ganham expressão, haja vista que representam menos da metade das vagas efetivadas na Rede Estadual de Educação Profissional e Tecnológica no Pará (REEPT/PA). Um exemplo clássico disso está nas ofertas da SEDUC/PA executadas até 2014, as quais mostram mais de 58% das vagas preenchidas por FIC’s (Ver Tabela 1).

Tipo de Oferta	2012	2013	2014	Total Relativo	Percentual
Cursos FIC	1127	732	939	2798	58,17%
Cursos Técnicos	695	915	402	2012	41,83%
TOTAL	1822	1647	1341	4810	100%

Tabela 1: Matrículas executadas no Pronatec na Rede Estadual de Educação Profissional/PA (2012 – 2014)

Fonte: Adaptação do Relatório de Gestão – COEP/Pronatec – SEDUC/PA (2016)

É bem verdade que poderia ser pior, pois as pactuações (2012 – 2014) reservaram um percentual bem maior aos cursos FIC’s, ou seja, quase 74% das ofertas (ver Tabela 2). Contudo, a sociedade paraense não respondeu a altura do desejo da COEP/

SEDUC-PA que precisou rever suas ofertas.

Caso olhemos mais afundo vamos perceber que houve diferenciações no fluxo dessas vagas efetivadas. Por exemplo, os cursos FIC's caem em 2013 e voltam a subir em 2014, ocorrendo o inverso nos cursos técnicos. Calculando os percentuais identifica-se que em 2012 os FIC's chegaram próximo dos 62%, sofrendo no ano seguinte uma baixa de 17,42%. Contudo volta a recuperar-se em 2014 quando atinge marca superior a 70% das ofertas.

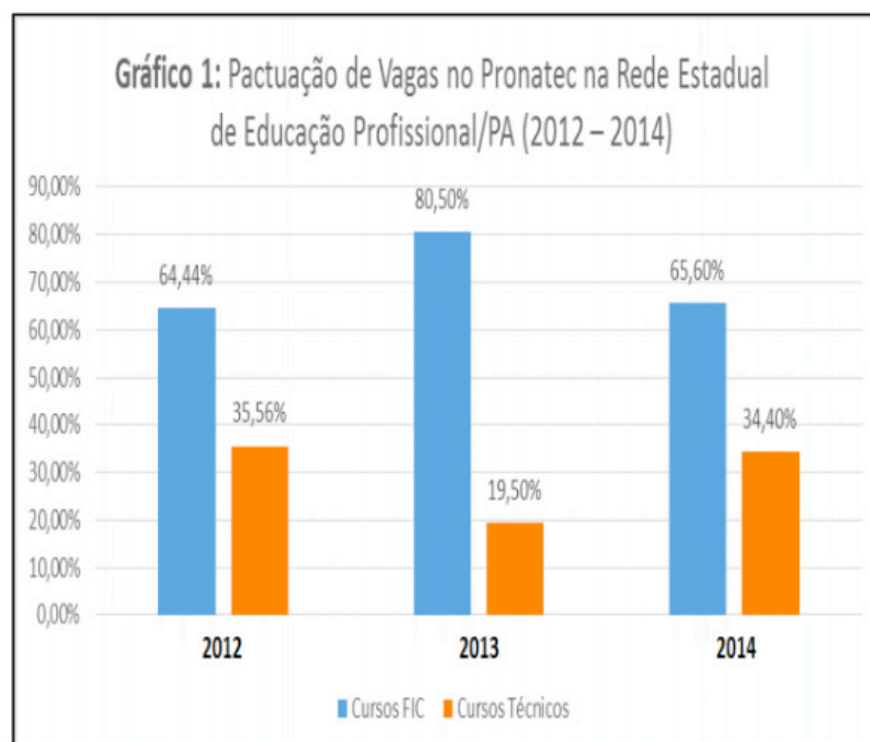
Uma variação relevante no período estudado, que mesmo tendo atingido mais de 55,5% dos cursos técnicos em 2013 não foi suficiente para colocá-los como prioridade. Inclusive porque já nas pactuações os FIC's estavam em evidência, observe a tabela a seguir.

Tipo de Oferta	2012	2013	2014	Total Relativo	Percentual
Cursos FIC	1450	4951	1525	7926	73,90%
Cursos Técnicos	800	1200	800	2800	26,10%
TOTAL	2250	6151	2325	10.726	100%

Tabela 2: Pactuação de Vagas no Pronatec na Rede Estadual de Educação Profissional/PA (2012 – 2014)

Fonte: Adaptação do Relatório de Gestão – COEP/Pronatec – SEDUC/PA (2016)

Diferente do que foi evidenciado nas matrículas efetivadas, no ano de 2013 os cursos FIC's também deveriam ser a maioria, pelo menos no que nosta nos dados das pactuações informadas pela SEDUC.



O gráfico 1 mostra de forma mais evidente isso, inclusive no ano de 2013, quando os cursos técnicos constituiram a maioria das matrículas a SEDUC/PA previu 80% das

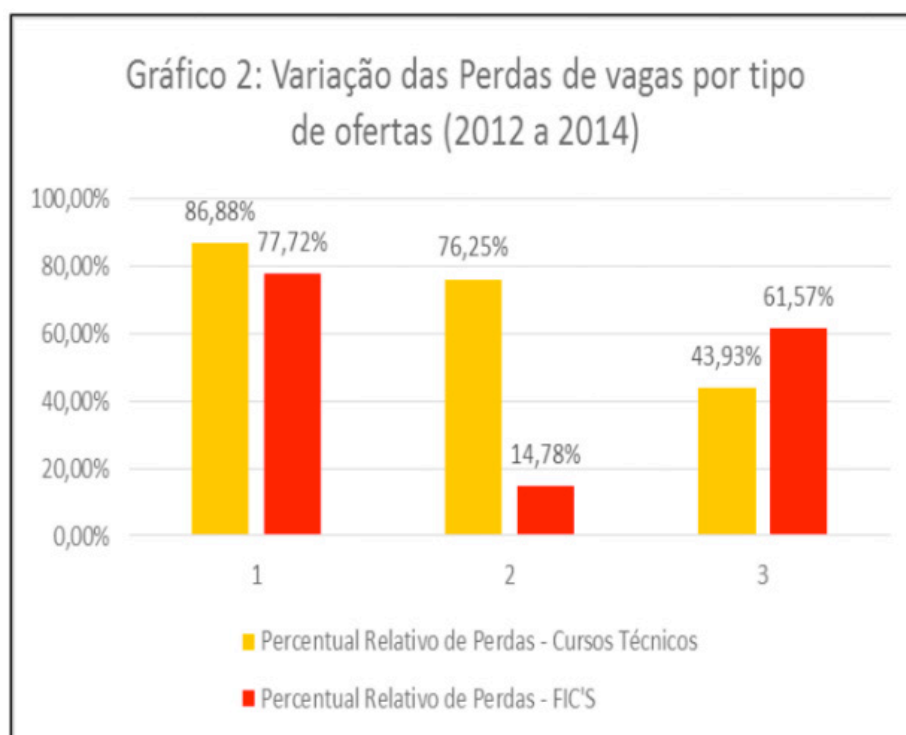
vagas para cursos FIC's, porém o resultado foi outro, uma vez que houve um “relativo equilíbrio” (Dizemos que foi um relativo equilíbrio, pois apenas em 2013 houve uma diferença tão pequena) entre as ofertas e pela primeira e única vez, aqui no Pará, as ofertas públicas de cursos técnicos do Pronatec (55,56%) foram superiores às ofertas de cursos FIC's (44,44%).

No gráfico ao lado é possível evidenciar que em todos os anos do período estudado os FIC's representavam a maioria de cursos previstos à execução do Pronatec na Rede Estadual de Educação Profissional no Pará.

O relatório é omissivo quanto aos motivos que levaram a discrepância nos dados, tanto de 2013 (quando houve a inversão), bem como nos demais anos, quando mesmo mantendo a maioria das ofertas de matrículas em cursos FIC's, os resultados não alcançaram a expectativa das vagas disponibilizadas. Tal como reflete o relatório de Gestão do Pronatec de 2016 cujo os dados mostram que houve uma baixa média de **35,30%** nos cursos de formação inicial e continuada e **40,84%** nos cursos técnicos.

A variação de matrículas efetivadas anualmente do período estudado mostra que os cursos técnicos tiveram em 2012 e 2013 melhores desempenhos que os cursos FIC's, no que se refere à procura dos estudantes da REEPT, embora apenas em 2013 em dados absolutos as matrículas dos cursos técnicos tenham sido superiores aos cursos FIC's.

É importante destacar ainda que em 2013 havia uma expectativa muito grande da SEDUC/PA quanto a procura por FIC's, mas os inúmeros problemas vividos em 2012 não permitiram a orientação adequada para o preenchimento das vagas pactuadas. Sendo assim, o desastre foi maior, pois das 4951 vagas, apenas 732 foram efetivadas, ou seja, quase 14,8% (ver Gráfico 2).



No ano seguinte, 2014, o fenômeno se repete, porém dessa vez com os cursos

técnicos. Embora não tenha sido tão catastrófico quanto o resultado dos FIC's no ano anterior, os cursos técnicos tiveram uma baixa significativa, uma vez que comparados as pactuações para aquele ano as matrículas tenham representado um pouco menos de 44%. Logo, cerca de 56% das vagas pactuadas em 2014 para cursos técnicos ficaram ociosas.

Em 2014, as perdas ou melhor, a ociosidade das vagas dos cursos FIC's foi menor que a dos cursos técnicos. Contudo, também foi elevada, pois as matrículas para esse tipo de oferta foi de quase 62,6%. Respectivamente os cursos técnicos e FIC's da SEDUC/PA atingiram 56,07% e 38,43%. Por fim, o cálculo médio de perdas é muito mais expressivo atingindo mais de 55,6% de vagas ociosas, ou seja, a oferta foi significativamente maior que a procura (ver Tabela 3).

Período	Vagas Previstas		Matrículas Realizadas	
	Técnicos	FIC's	Técnicos	FIC's
2012	800	1450	695	1127
2013	1200	4951	915	732
2014	915	1525	402	939
TOTAL	2915	7926	2012	2798
	10841		4810	

Tabela 3: Demonstrativo de Pactuações e Matrículas entre 2012 e 2014

Fonte: Dados retirados do Relatório de Gestão do Pronatec 2016.

É importante destacar ainda que o relatório não nos permite grandes investidas analíticas, pois é meramente descritivo e pontual, não revelando de forma clara os impedimentos, limites ou conflitos que possam ter obstruído o alcance da meta pactuada. Porém, apresenta alguns detalhamentos que são relevantes de anunciar, como por exemplo a especificação das modalidades de oferta de cursos técnicos distribuídas em cursos Concomitantes e Subsequentes.

Para entender melhor faremos um debate com a caracterização e importância de cada uma dessas modalidades à Educação Profissional.

Ambas as modalidades são definidas no Decreto 5154/2004, porém enquanto a primeira caracteriza-se pela perspectiva articulada a outra refere-se à complementação (Para além do decreto 5154/2004, em 2008 foi publicada a lei 11.741 a qual detalha as duas formas de oferta: a **Articulada** e a **Subsequente**). Sendo assim, o curso “[...] **Concomitante** (que permite cursar a Educação Profissional paralela ao Ensino Médio, ou seja, os cursos são ofertados separadamente, podendo ser até em instituições diferentes [...])” (SILVA, 2011, p. 41 - 42), desde que os projetos pedagógicos sejam unificados, para tanto esses cursos podem apresentar mais de uma matrícula, ou seja, o aluno pode cursar o ensino propedêutico em uma escola e fazer a parte específica em outra. Porém é fundamental lembrar que não há neste caso duas certificações e sim, apenas uma, o de técnico de Ensino Médio no curso escolhido.

Já o curso **Subsequente** por meio de matrículas específicas em cursos instrumentais, ou melhor, é exigido ter concluído o Ensino Médio para cursá-lo. Sendo assim, como o candidato já cursou a base propedêutica ele fará por meio desse curso apenas a base tecnológica, obtendo assim, a formação técnica específica, essa modalidade dura entre um e dois anos dependendo da área e das exigências dos conselhos profissionais.

Diante desses inúmeros elementos, cabe a pergunta: - onde ficou ou está o PBP? Ouso a dar algumas respostas, a saber:

- I. Ao ser incorporado pelo Pronatec, o PBP ficou sombreado, ou seja, invisível à percepção externa;
- II. A importância do PBP foi reduzida uma vez que deixou o protagonismo do processo de expansão da Educação Profissional;
- III. O PBP passa a ser apenas mais um programa no conjunto de outros que constituem o Pronatec, deixando o todo do processo para ficar à margem deste.

Diante de tais respostas, aqui idealizadas por nós, o Programa Brasil Profissionalizado que em outrora representava o grande ícone da Educação Profissional passa a estar na periferia das políticas educacionais. Efetivamente, o Pronatec, embora abarque vários programas o mesmo não se constitui essencialmente numa política que configura a totalidade do processo formativo para a condição integral do sujeito.

As evidências apresentadas pela SEDUC/PA, a partir do Pronatec, revelam que a priorização desse programa por cursos de formação inicial e continuada, em detrimento da perspectiva integradora e totalizante que havia na proposta do PBP, o fazem superficial e descomprometido com uma formação plena dos estudantes. Nesta direção, a superficialidade do Pronatec revela uma fragmentação escamoteada pela expansão das matrículas que não reflete o efetivo significado da formação processada pelo programa.

O contexto da invisibilidade do PBP é intensificado na medida em que o Pronatec assumiu o protagonismo da política de Educação Profissional. Se em outrora, na gestão de Lula, sobretudo entre 2006 e 2010, o PBP não apenas assumiu mas concretizou o processo de expansão por meio do financiamento que promoveu a **formação pedagógica** (através de Especializações, Mestrado Profissional e/ou Formação Específica em Licenciaturas para Educação Profissional - Cf Decreto 6302/2007), **construiu, reformou e equipou escolas tecnológicas** por todo o Brasil.

Na política de Educação Profissional implementada por Lula, os Institutos Federais de Educação foram as grandes privilegiadas, bem como as Escolas Estaduais de formação profissional, as quais receberam além da infraestrutura para melhorar e/ou ampliar seus espaços, a formação pedagógica para seus quadros profissionais.

Se inicialmente a política de Educação Profissional procurava atuar em todos os espaços chegando de múltiplas formas ao processo formativo profissional do aluno,

por outro o Pronatec, cada vez mais sintético e objetivo, passou a focar nas matrículas e nas respostas rápidas, que embora não concretizassem o princípio formativo da politecnicidade (Entendida como princípio educativo da **educação integral**, fundamentado na perspectiva omnilateral, ou seja, cunha-se “[...] no horizonte da superação da oposição entre o propedêutico e o profissionalizante [...]” BRASIL, 2010, p. 33) previsto no decreto 5154/04, mas apresenta-se com uma aparência de programa eficiente, uma vez que sua face camaleônica apresentava metas expressivas sendo atingidas, ainda que não exatamente nos lugares previstos.

Anteriormente dissemos que no caso do Pará, por meio da SEDUC, se atingiria cerca de **10.841 matrículas**. No entanto, apenas **4810** destas foram concretizadas, isso significa que há pelo menos 55,6% de vagas ociosas, ou seja, uma meta que não foi cumprida, e, portanto, deixou a desejar às populações estudantis paraenses que só atingiram 44,37% das vagas pactuadas.

Em síntese a aparência do Pronatec não representa sua essência, logo sua iconografia metaforicamente falando é um **camaleão**, pois mostra-se de um jeito, que camufla a realidade, sobretudo por meio dos números, não dando o devido significado local e conjuntural, que o programa deveria assumir, à política nacional de educação como uma ferramenta de inclusão social, e era isso que ele deveria ser. No entanto, o Pronatec tem sido muito mais uma porta à relação público-privada em detrimento do fortalecimento da educação efetivamente pública e gratuita, ao que exploramos de forma mais efetiva a seguir.

3 | PRONATEC UM CAMALEÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A educação brasileira é resultado de metamorfoses interessantes e no mínimo estranhas à formação plena dos sujeitos.

A mesma história nos revela as várias fases de transformação, ou melhor, de modificações do ensino em terras ainda desconhecidas. Isso tudo para dizer que por aqui o ensino já foi utilizado para catequização, exclusivamente elitista, diretivo, dualista, pragmático ou mesmo progressista.

Hoje há coexistência, ou seja, várias instituições promovem processos educativos e assumem uma filosofia que orienta sua práxis educativa. Sendo assim, não existe um único modelo, mas um intenso mecanismo de disputa, não apenas de modelos e sim de uma relação de poder que eles impõem à sociedade e aos sujeitos que a constituem.

O curioso é que nossa educação já apresenta em seu portfólio múltiplas interfaces com objetivos bem distintos e focalizados, os quais representam num dado momento uma aparência expansiva e de sucesso (Pavão), como é o caso do Pronatec. Mas, que concretamente não passa de aparência, uma vez que o programa em si não é tão relevante como anuncia ser (Pato), de tal forma que satisfaz à política que o patrocinou

provenientes de tendências globais promovidas pelo direcionamento dos organismos internacionais, os quais contam com a submissão dos governos nacionais em troca do financiamento de suas políticas em países periféricos e emergentes. Sendo assim, as políticas de educação são condicionadas por avaliações de sistema, onde as políticas públicas educacionais exigem um controle mais intenso dos resultados, ajustando-as ao consumo e à produção, logo educação e desenvolvimento, nesta lógica caminham juntos (SANTOS, 2012).

Quando nos referimos ao sucesso, usando o **pavão** quero aludir metaforicamente que este animal chama muita atenção porque tem uma aparência atraente, pois é colorido, harmônico e exuberante. Já quando refiro-me ao **pato**, faço alusão a um animal pouco expressivo que faz de tudo um pouco (voa, nada) e efetivamente não realiza nenhuma delas adequadamente, ou seja, com menos intensidade que outros animais.

O pavão, diferente do pato, pode até não voar ou mergulhar, mas apresenta-se bem, chama a atenção, concentra em si os olhares. Enquanto o pato, por outro lado, mesmo não podendo voar alto, ou direcionar-se nos céus ou mesmo ir além da superfície das águas efetivando um mergulho profundo, nada sob as águas, logo nem é pássaro ou peixe, mas um híbrido, tal como o Pronatec, que não é essencialmente uma política de inclusão, mas uma mesclagem fragmentada que não possibilita efetivamente uma política formadora da totalidade do ser.

O cidadão é portanto limitado em suas potencialidades, logo o Pronatec não tem preparado os indivíduos para vida, nem tampouco para o trabalho.

3.1. Pronatec: Um “Pavão” que Tornou-se Pato

Usando mais uma vez a metáfora (pavão/pato) apresentamos a seguir alguns detalhes dos números já anunciados anteriormente. No entanto, associando as duas aves ao Pronatec.

A título de exemplo, o Pronatec enquanto aparência representa a iconografia do pavão, ou seja, os dados revelam que este programa ampliou as vagas na Educação Profissional em todo país e atingiu a meta prevista de 8 milhões de matrículas. Aqui no Pará a REEPT atingiu uma média de mais de 1600 vagas anuais, isso daria aproximadamente 46 (quarenta e seis) turmas.

Esses dados poderiam simplesmente representar o sucesso e logo temos o pavão como representante do programa. No entanto, é fundamental dizer que esses resultados não são formações plenas, inclusive porque as mais completas seriam as de Ensino Médio Integrado (EMI), as quais só se concretizam pelo PBP, que passou a ser um subprograma do Pronatec, logo está à margem do protagonismo que outrora lhe era atribuído.

Neste sentido, o Pronatec é um híbrido, logo assume a iconografia do pato, pois ao constituir-se de **FIC's** e **cursos técnicos (Integrado, Concomitante** - Modalidade

prioritária aos cursos técnicos do Pronatec, que embora assuma as demais formas dá plena visibilidade e fomento aos cursos concomitantes; e **Subsequente**) faz várias coisas, mas não consegue fazer bem nenhuma delas, tal como o objeto de crítica dos cursos ofertados e não efetivados na REEPT/PA.

Como dissemos os cursos técnicos de EMI seriam a forma mais adequada a um programa que pretenderia incluir e formar sujeitos dignos, críticos e conscientes de seu papel sócio-político. Porém, os números realmente contabilizados pelo programa estão em outras formas (Concomitante e Subsequente).

No caso dos cursos técnicos concomitantes (CTC), incluídos aqui no Pará na rede estadual por meio do Pronatec, em 2012 essas ofertas atingiram um pouco mais de 38%, ou seja, 695 matrículas das 1822 vagas efetivadas.

O relatório estadual de 2016 mostra porém, que 79,3% dos alunos matriculados desistiram dos cursos, o que efetivamente é uma “catastrofe” na execução do programa. O que fica pior ao unificarmos os dados das ofertas anuais, pois **36,82%** dos inscritos em cursos FIC’s também evadiram. Sendo assim, a evasão média chega a **85,71%** das vagas efetivadas.

Esses dados revelam que o desempenho do Pronatec em 2012, realmente foi insatisfatório, pois concretamente não representou oportunidade efetivas de inclusão social de alunos e trabalhadores, uma vez que os problemas (demora no repasse da bolsa – auxílio transporte, material didático e até a presença de professores) no processo de execução afastaram, ou melhor, expulsaram os alunos de sala de aula, negando a eles o direito efetivo a permanência com sucesso. Esses detalhes revelam o hibridismo do pato, que tenta muitas coisas, mas efetivamente não constitui adequadamente nenhuma delas na REEPT/PA.

Seguindo para 2013 há mudanças nas ofertas de ensino técnico que passa a atender neste ano os cursos subsequentes, por esse motivo as ofertas se ampliam nessa modalidade. No entanto, o índice de evasão continuou alto, atingindo uma média de 84,04% para os cursos técnicos, o pior resultado foi identificado nos cursos subsequentes, os quais ultrapassaram 90,5% de evasão.

Diferentemente dos cursos técnicos, os FIC’s tiveram uma evasão bem baixa, algo entorno de 3,45%, o que ajudou a média anual cair para um pouco mais de 47%. É importante destacar ainda, que embora tenha sido baixa a evasão dos FIC’s naquele ano a pactuação feita pela seduc foi muito superior às matrículas, o que justificaria a baixa evasão, já que os alunos que procuraram os cursos, em tese, realmente desejavam fazê-los.

Por fim, em 2014 os altos índices de evasão continuam elevados, principalmente por causa dos cursos técnicos. Sendo aproximadamente 66% de evasão nos cursos concomitantes, cerca de 62% nos subsequentes e um pouco mais de 22% nos cursos FIC’s. Efetivamente a média de evasão naquele ano foi de aproximadamente de 34,2%.

Ao retomar os dados fica claro que o Pronatec não é efetivamente um pavão, mas um pato, haja vista que seu hibridismo o fragiliza na medida em que não centra

energias para resolver problemas e promover cursos de efetiva qualidade. Logo, o que temos no Pronatec é uma efetiva e aparente apresentação que não representa a efetiva proposta de inclusão que ora o programa se propunha a concretizar.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto aqui apresentado é tipicamente uma reflexão da política fragmentada neoliberal imposta aos países emergente que por falta de autonomia econômica e política submetem-se à ordem do capital.

Programas como o Pronatec representam medidas paliativas fundamentadas na teoria do capital humano (TCH) que vê a educação como um dos principais elementos da referida teoria. Sendo assim, ideologicamente fala-se tanto em qualificação do trabalhador, mas a qualificação referida pela TCH é exatamente assim pontual e vincula-se ao desenvolvimento econômico porque deposita nas mãos do trabalhador a produtividade necessária à evolução, ou melhor, ao acúmulo do capital, produzindo assim mais-valia e riqueza aos senhores de negócio (FRIGOTTO, 1996; 2010).

Os dados ora apresentados revelam que o capital está cada vez mais forte, que ele se fortalece por meio da política das estatísticas, negando a qualidade das informações e criando fetiches ideológicos que impulsionam o trabalhador, os estudantes e a sociedade de modo geral, na busca de condições e/ou oportunidades de trabalho, assim é fundamental uma contra-proposta que permita uma *educação para além do capital*.

Nestes termos, o princípio é qualitativamente inverso ao valor do capital, pois enfrentaria a ordem destrutiva do capitalismo encarando com segurança a reprodução metabólica do capital, a qual não pode nem deve ser a referência à essa nova perspectiva.

O texto, portanto apresenta dados que nos ajudam a compreender e analisar as investidas camaleônicas do capital que apresenta-se sob uma máscara que camufla a realidade do programa, como dissemos no tópico 3.1, mostra-se como um pavão, mas no fundo é pato. Sendo assim, exige mudanças mais profundas e comprometidas, as quais em nossa leitura não ocorrerão se nossas escolas e o modelo formativo continuar a ser improdutivo à vida dos sujeitos, que mesmo sob um projeto anunciado como produtivo não apresenta nenhuma mudança concreta, capaz de representar um enfrentamento à teoria do capital humano.

Para nós, porém está claro que essas políticas são ratificadoras desse princípio e o Pronatec é uma marca concreta disso.

REFERÊNCIAS

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. 2ª ed. São Paulo/SP: Boitempo, 2008.

GONÇALVES, Sebastião R. Classes Sociais, Luta de Classes e Movimentos Sociais. ORSO, Paulino J.; GONÇALVES, Sebastião R.; MATTOS, Valci M^a. **Educação e Lutas de Classes**. São Paulo/SP: Expressão Popular, 2008. (pp. 65 – 94)

SEDUC/PA. **Relatório com Dados Pedagógicos e Financeiros do Pronatec**. Belém/PA: COEP/ SEDUC, 2016.

BRASIL. Lei 12.513/2011: Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Brasília: MEC, 2012.

_____. **Decreto Nº 6302/2007**: Programa Brasil Profissionalizado. Brasília: SETEC/MEC, 2007.

_____. **Plano de Desenvolvimento da Educação**: razões, princípios e programas. Brasília. [online]: MEC. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livros.pdf> , acesso em: 15 nov. 2010.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-064-3

